



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE MINAS  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**



**NATHIELLY DEL POZO CAMPOS**

**INTERVENÇÕES EM RUÍNAS UTILIZANDO ELEMENTOS METÁLICOS –  
ESTUDO DE CASO: CAPELA DE SANTANA DO PÉ-DO-MORRO E IGREJA DE  
SÃO JOSÉ DO QUEIMADO**

**Ouro Preto – MG  
2021**

NATHIELLY DEL POZO CAMPOS

INTERVENÇÕES EM RUÍNAS UTILIZANDO ELEMENTOS METÁLICOS – ESTUDO  
DE CASO: CAPELA DE SANTANA DO PÉ-DO-MORRO E IGREJA DE SÃO JOSÉ  
DO QUEIMADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Escola de  
Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, como  
requisito parcial para a Obtenção do grau de  
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar (DEARQ)

Ouro Preto – MG

2021

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C198i Campos, Nathielly Del Pozo.  
Intervenções em ruínas utilizando elementos metálicos [manuscrito]:  
estudo de caso: Capela de Santana do Pé-do-Morro e Igreja de São José  
do Queimado. / Nathielly Del Pozo Campos. Nathielly Campos. - 2021.  
54 f.: il.: color.. + Quadro.

Orientador: Prof. Dr. Tito Flávio de Aguiar.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Escola de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Patrimônio edificado. 2. Materiais contemporâneos. 3. Estrutura  
metálica. 4. Preservação. I. Campos, Nathielly. II. de Aguiar, Tito Flávio.  
III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 72:711.4

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Nathielly Del Pozo Campos**

**Intervenções em ruínas utilizando elementos metálicos – estudo de caso: Capela de Santana do Pé-do-Morro e Igreja de São José do Queimado**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 23 de abril de 2021

Membros da banca

Dr. - Tito Flávio Rodrigues de Aguiar - Orientador (Escola de Minas/Universidade Federal de Ouro Preto)  
Ms. - Rodrigo Otávio de Marco Meniconi - (Instituto Federal de Minas Gerais/Campus Ouro Preto)  
Dr. - Jonas Delecave Amorim - (Escola de Minas/Universidade Federal de Ouro Preto)

Tito Flávio Rodrigues de Aguiar, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/10/2022



Documento assinado eletronicamente por **Tito Flavio Rodrigues de Aguiar, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/10/2022, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0418397** e o código CRC **1A8A60EF**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Escola de Minas e à Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino gratuito e de qualidade, e a todos que me ajudaram diretamente e indiretamente durante esse longo período de graduação.

Agradeço ao professor Tito, orientador paciente e dedicado ao trabalho pelas observações precisas.

Aos meus amigos do tempo de graduação, principalmente à Vanessa Vilaça pela motivação diária com quem pude contar e dividir os momentos de estudo e dificuldade.

À Jeane Andreia Ferraz pelas orientações ofertadas com presteza e cuidado.

Ao amigo Aurélio Carlos Marques de Moura pela disponibilidade das informações tão relevantes.

À Maria de Fátima Alves de Lima pela dedicação, paciência, e ajuda incondicional.

Aos meus pais pelo incentivo, exemplo, paciência e dedicação infinita.

## RESUMO

Preservar um patrimônio edificado faz parte da construção da memória individual e/ou coletiva de uma sociedade. Quando uma edificação sofre muita degradação ou não recebe os devidos cuidados, os projetos de restauração são fundamentais para reverter tal situação. Porém, dependendo do estado da obra, é necessário fazer a remoção de algum material original, e substituí-lo por materiais contemporâneos. A Carta de Veneza, nos diz que ao fazer essa substituição, o elemento empregado deve harmonizar com a obra, para assim evitar a sua descaracterização e a falsificação histórica. A estrutura metálica, quando aplicada nos projetos de intervenção, facilita a distinção entre o material existente e o material novo empregado. Nesse sentido, o trabalho busca analisar o emprego de peças metálicas, estruturais ou não, em intervenções realizadas para preservar edificações em estado de arruinamento. Para tal investigação foi estudado o caso da Capela de Santana do Pé-do-Morro, em Ouro Branco - MG, construído em 1979, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais em 2002 e a Igreja de São José do Queimado, na Serra - ES, construída em 1849, tombada pelo Conselho Estadual de Cultura e restaurada em 2020, onde foram utilizadas peças estruturais em aço, de modo distinto e com tal destaque que se pode considerar que o metal se tornou protagonista do processo de preservação. Como resultado, verificou-se que as intervenções foram bem realizadas, trazendo ganhos para a sociedade local, sem prejuízo das características originais das construções. O aço foi fundamental nos projetos de conservação.

**Palavras-chave:** Patrimônio edificado; materiais contemporâneos; estrutura metálica; preservação.

## RESUMEN

Preservar un patrimonio edificado hace parte de la construcción de la memoria individual y colectiva de una sociedad. Cuando una edificación sufre mucha degradación o no recibe los debidos cuidados, los proyectos de restauración son fundamentales para revertir tal situación. Sin embargo, dependiendo del estado de la obra, es necesario hacer la remoción de algún material original, y sustituirlo por materiales contemporáneos. La Carta de Venecia, nos dice que al hacer esa sustitución, el elemento empleado debe armonizar con la obra, para evitar su caracterización errónea y la falsificación histórica. Cuando se aplica la estructura metálica en los proyectos de intervención, eso facilita la mediación entre el material existente y el nuevo material empleado. En este caso, el trabajo busca analizar el empleo de piezas metálicas, estructurales o no, en las intervenciones realizadas para preservar las edificaciones en estado de ruina. Para tal efecto fue estudiado el caso de la Capilla de Santana do Pé-do-Morro, en Ouro Branco – MG, construido en 1979, protegido por el Instituto Estadual del Patrimonio Histórico y Artístico de Minas Gerais en 2002 y la Iglesia de San José do Queimado, en Serra - ES, construida en 1849, preservada por el Consejo Estadual de Cultura y restaurada en 2020, en las cuales fueron utilizadas piezas estructurales de acero, de modo distinto y con tal destaque se puede considerar que el metal se tornó protagonista del proceso de preservación. Como resultado, se verificó que las intervenciones fueron bien realizadas, aportando beneficios a la sociedad local, sin afectar las características originales de los edificios. El acero fue de una importancia fundamental en los proyectos de conservación.

**Palabras clave:** Patrimonio edificado; materiales contemporáneos; estructura metálica; preservación.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - Castelo de Pierrefonds em ruínas, antes da restauração.....	15
Figura 2 - Castelo de Pierrefonds após a restauração .....	15
Figura 3 - Primeira ponte em ferro construída .....	26
Figura 4 - Igreja São José do Queimado. ....	28
Figura 5 - Igreja São José do Queimado em 2012 .....	34
Figura 6 - Igreja São José do Queimado após a intervenção .....	36
Figura 7 - Detalhe da técnica construtiva da Igreja.....	37
Figura 8 - Placa informativa .....	37
Figura 9 - Amarrações das paredes da ruína da Igreja de São José do Queimado.....	38
Figura 10 - Detalhe do frontispício em aço da Igreja de São José do Queimado. ....	39
Figura 11 - Reconstrução em aço de parte da parede da Igreja de São José do Queimado.....	39
Figura 12 - Paredes em ruínas que fazem parte do altar-mor .....	42
Figura 13 - Planta e corte .....	43
Figura 14 - Elementos decorativos de fechamento nas fachadas .....	44
Figura 15 - Vista externa da construção .....	455
Figura 16 - Inclinação do telhado.....	45
Figura 17 - Avanço lateral da cobertura.....	466
Figura 18 - Detalhe da base em pedra, vidro e estrutura metálica .....	477

### QUADROS

Quadro 1 - Cronologia dos acontecimentos referentes a Igreja de São José do Queimado.....	31
---	----



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CBCA	Centro Brasileiro da Construção em Aço
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CONEGRO	Conselho do Negro
ICR	Instituto Central de Restauração
IEPHA/MG Gerais	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SECULT	Secretaria de Cultura

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1	OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS .....	10
1.2	METODOLOGIA .....	11
2	<b>TEORIAS DA RESTAURAÇÃO E CARTAS PATRIMONIAIS</b> .....	13
2.1	TEORIAS DA CONSERVAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO .....	13
2.2	CARTAS PATRIMONIAIS .....	19
2.3	CONTEXTO BRASILEIRO .....	22
3	<b>INTERVENÇÕES EM EDIFICAÇÕES EM ESTADO DE RUÍNA E O USO DE ELEMENTOS METÁLICOS</b> .....	25
3.1	ESTRUTURAS METÁLICAS E SUA UTILIZAÇÃO NOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO .....	25
3.2	INTERVENÇÕES EM EDIFICAÇÕES COLONIAIS E O USO DE ELEMENTOS METÁLICOS .....	27
3.2.1	IGREJA SÃO JOSÉ DO QUEIMADO .....	28
3.2.2	CAPELA DE SANTANA DO PÉ-DO-MORRO .....	40
4	<b>CONCLUSÃO</b> .....	49
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

## 1 INTRODUÇÃO

Preservar uma edificação existente faz parte da construção da memória individual e/ou coletiva de uma sociedade. Nessa memória, o bem preservado, peça importante da identidade desse grupo de pessoas, permite o entendimento de características coletivas e de valores compartilhados e contribui para a transmissão de um legado às gerações futuras. Considerando isso, cabe ao arquiteto conhecer a história dessa edificação e pesar o que pode ser e o que não deve ser feito em um projeto de intervenção, visando preservar o bem, para que a construção se perpetue ao longo do tempo e mantenha sua eficácia como símbolo.

Quando uma edificação sofre muita degradação ou não recebe os devidos cuidados, os projetos de restauração são fundamentais para reverter tal situação. Porém, dependendo do estado da obra, é necessário fazer a remoção de algum material original, e substituí-lo por materiais contemporâneos. A Carta de Veneza, que, como as demais Cartas Patrimoniais, apresenta “recomendações referentes à proteção e preservação do Patrimônio Cultural, elaboradas em encontros em diferentes épocas e partes do mundo” (IPHAN, 2014a), nos diz que, ao fazer essa substituição, o elemento empregado deve harmonizar com a obra, para assim evitar a sua descaracterização e a falsificação histórica.

Percebe-se, em alguns projetos de intervenção em edificações históricas, o uso de estruturas metálicas. Frequentemente, o uso desse material em intervenções é explicado como sendo meio de assegurar-se a chamada reversibilidade, caso essas peças metálicas necessitem ser trocadas no futuro, além de permitirem o contraste entre formas arquitetônicas preexistentes (o antigo) e as novas formas introduzidas na intervenção (o novo), assegurando a chamada distinguibilidade. O fato de ser o aço mais resistente ou ter mais homogeneidade do que outros materiais estruturais, como concreto armado, madeira, pedras e tijolos, também é apresentado como explicação para o uso de peças metálicas nas intervenções em edificações a serem preservadas. (ABREU, 2021)

O interesse em pesquisar sobre Patrimônio Histórico Cultural veio da convivência cotidiana com elementos históricos na cidade de Ouro Preto, tombada como Patrimônio Mundial da Humanidade, e que tem muito a dizer sobre um período da História do Brasil, tão significativa para a formação da nação. Junto a isso, o interesse pelo conhecimento sobre as estruturas metálicas veio da própria Escola de Minas, que foi a precursora do curso de metalurgia e mineração no país, e que traz na grade curricular do curso da Arquitetura e Urbanismo disciplinas na área de estruturas metálicas.

Os dois objetos de estudos escolhidos para esse trabalho de graduação são edificações em estado de ruína nas quais os arquitetos optaram por utilizar o aço em seus projetos de restauração para que assim fosse preservado, com mais precisão, o valor simbólico dessas importantes estruturas históricas. E ao ser apresentada às duas obras, surge um interesse em conhecer as construções, a fim de analisar sobre como foram realizadas as intervenções utilizando o aço para resguardar a distinguibilidade dos objetos escolhidos para o estudo.

A utilização desse material foi aplicada de forma distinta nos dois casos. Na Igreja de São José do Queimado, na Serra, Espírito Santo, o aço foi usado como complemento de partes faltantes da edificação e como elemento de estabilização das quatro paredes das ruínas de uma igreja, reforçando o significado desses remanescentes além de preservar seu valor histórico e simbólico. Já na Capela de Santana do Pé-do-Morro, em Ouro Branco, Minas Gerais, os arquitetos Éolo Maia e Jô Vasconcelos deram um novo uso e significado para a ruína que se encontrava em uma antiga fazenda, empregando o aço como uma estrutura de proteção criando uma obra contemporânea e dando-lhe valor artístico.

## 1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Tem-se como objetivo geral analisar o emprego de peças metálicas, estruturais ou não, em intervenções realizadas para preservar edificações em estado de arruinamento e, para tanto, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Refletir, com base nas Teorias da Restauração e nas Cartas Patrimoniais, sobre o emprego de elementos construtivos contemporâneos em trabalhos de conservação e restauração de bens do Patrimônio Cultural edificado;
- b) Através de estudo de casos, analisar o modo como foram empregadas peças estruturais em aço em intervenções contemporâneas em edificações coloniais de interesse para preservação;
- c) Discutir o impacto da aplicação de peças em aço na forma arquitetônica dos bens do Patrimônio Cultural a serem preservados.

## 1.2 METODOLOGIA

Com base nos objetivos específicos que norteiam o desenvolvimento do trabalho, este foi elaborado por meio de visita de campo realizando registros fotográficos e pesquisa descritiva e os resultados serão apresentados de forma qualitativa. Para isso, foram realizadas pesquisas em fontes secundárias, como livros, trabalhos acadêmicos, sites e artigos, para compreender melhor os conceitos abordados. Nessa etapa alguns autores, em especial Cesare Brandi e Salvador Muñoz Viñas, bem como algumas das Cartas Patrimoniais, foram de suma importância para embasar teórica e metodologicamente as análises realizadas e para fundamentar a discussão sobre intervenções feitas para a preservação do Patrimônio Cultural edificado e sobre a utilização de materiais contemporâneos nessas intervenções.

Para alcançar os objetivos propostos, será realizado um estudo de caso, tomando-se como objeto de estudo intervenções contemporâneas nas ruínas de duas construções, uma do século XVIII e a outra do século XIX. Nessas intervenções foram utilizadas peças estruturais em aço, de modo distinto e com tal destaque que se pode considerar que o metal se tornou protagonista do processo de preservação. Assim, por meio desse estudo de caso iremos refletir o impacto que a utilização do aço teve sobre a forma arquitetônica desses objetos de estudo e como a inserção do metal afetou a significação desses bens do Patrimônio Cultural edificado.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo a Introdução o primeiro deles. No capítulo 2 são apresentados pontos relevantes das Teorias da Restauração e de Cartas Patrimoniais, necessários para entender o sentido atribuído à preservação de edificações e o modo como são orientadas as práticas preservacionistas, além de compreender a preservação do Patrimônio Cultural edificado no contexto brasileiro. O capítulo 3 aborda a utilização de elementos metálicos de aço em intervenções aos bens do Patrimônio Cultural edificado. Também é feito o estudo de caso abordando dois objetos de estudo: as intervenções nas ruínas da Igreja de São José do Queimado e a construção da Capela de Santana do Pé-do-Morro em torno de ruínas existentes em uma antiga fazenda do século XVIII. O capítulo 4 finaliza o trabalho, com a Conclusão.

## 2 TEORIAS DA RESTAURAÇÃO E CARTAS PATRIMONIAIS

Estudar a história dos nossos antepassados, suas crenças, vida, costumes e acontecimentos históricos, é uma questão importante para compreender o presente e ajudar a planejar melhor o futuro. E a Arquitetura entra como um testemunho material das gerações passadas, participando do dia a dia da vida das pessoas que agora ocupam aquele local, despertando interesse na história do lugar e um sentimento de pertencimento. Como nos diz Patrícia Trentin,

No conjunto de bens culturais produzidos pela humanidade, a arquitetura constitui um testemunho excepcional na formação da memória histórica dos povos e, na formação da identidade. [...] A arquitetura é carregada de sentimentos de gerações, acontecimentos públicos, tragédias, fatos novos e antigos. Algumas obras arquitetônicas alcançam o valor de monumentos, seja por seu valor intrínseco ou por sua situação histórica. (TRENTIN, 2005).

A palavra monumento adquiriu novas acepções ao longo do tempo. Em seu livro “O patrimônio em questão”, Françoise Choay (2011) apresenta a diferenciação entre os termos monumento e monumento histórico definidas pelo historiador de arte Alois Riegl, conforme os usos do século XIX. O termo monumento é definido como “todo artefato ou conjunto de artefatos deliberadamente concebido e realizado por uma comunidade humana, [...] a fim de lembrar, [...] dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivas de sua identidade” (CHOAY, 2014, p. 12), ou seja, é concebido intencionalmente. Já os monumentos históricos são edifícios preexistentes que foram escolhidos pelo seu valor histórico e estético, sendo importantes para a memória coletiva de uma dada sociedade e também para a sua identidade. (CHOAY, 2014). Ou seja, tornaram monumentos, mesmo sem terem sido concebidos com a intenção de serem monumentos.

### 2.1 TEORIAS DA CONSERVAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO

Nesse primeiro momento, serão abordadas as contribuições teóricas mais importantes e relevantes para esse trabalho, mostrando a evolução do pensamento teórico ao longo do tempo no que diz respeito ao Patrimônio Cultural edificado, começando por Viollet-le-Duc e terminando com Muñoz Viñas.

Ao longo da história, as intervenções realizadas em edificações preexistentes eram feitas a partir de demandas da época para adaptação a um novo uso. Assim, os monumentos antigos sofreram modificações ao longo da sua existência, por remoção ou acréscimos de elementos, em intervenções praticadas de forma utilitária, de modo algum comparáveis ao que se conhece hoje como restauração. (SILUK *et al.*, 2015).

Na Europa ocidental, esse quadro se alterou a partir do fim do século XVIII. A onda de vandalismo que, durante a Revolução Francesa, a partir de 1789, destruiu edificações e obras de arte relacionadas ao rei, aos nobres e aos clérigos e as mudanças ocorridas na Inglaterra por conta da Revolução Industrial resultaram em discussões mais profundas sobre a necessidade de se preservar o legado arquitetônico do passado e levaram, nas primeiras décadas do século XIX, ao surgimento do conceito de Patrimônio Histórico. Se essa atitude não tivesse sido tomada naquela época, o prejuízo com a perda dessas edificações teria sido muito maior.

Na França, especificamente, em 1830, foi criado pelo historiador e político François Guizot o cargo de inspetor geral dos monumentos históricos, responsável por “classificar os edifícios que têm direito ao estatuto de monumento histórico” (CHOAY, 2014, p. 122-252). Sete anos mais tarde esse funcionário passou a ser responsável pela manutenção e restauração desses edifícios. O primeiro a assumir o cargo foi Ludovic Vitet, historiador e político que o exerceu por quatro anos, transmitindo-o para Prosper Mérimée, também historiador e escritor. (CHOAY, 2014).

Nesse contexto, de acordo com François Choay (2014), duas teorias opostas sobre restauração apareceram em meados do século XIX e se destacaram. A primeira, defendida pelo arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), tornou-se conhecida como *intervencionista* ou *restauro estilístico*.

Para Viollet-le-Duc, restaurar uma edificação consistia em retomar a sua forma original ou até mesmo uma forma idealizada, tomando como base as características estilísticas das edificações da mesma época, para que houvesse uma coerência estilística, e retirando as intervenções feitas ao longo do tempo. (CHOAY, 2014). Um



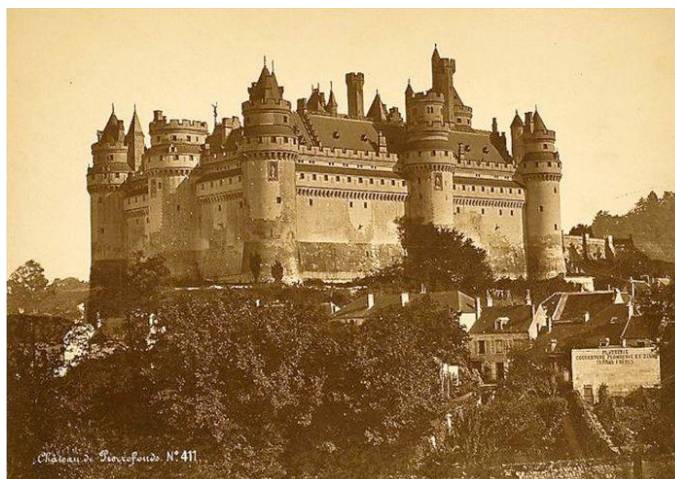
exemplo do trabalho realizado por ele é a restauração do Castelo de Pierrefonds, localizado ao norte de Paris, edificado entre 1394 e 1407 e restaurado em 1857 (FIG. 1 e FIG. 2), em que várias partes foram inteiramente reconstruídas e outras praticamente reinventadas, no afã de restituir ao bem todo o aspecto característico de um castelo medieval francês.

Figura 1 - Castelo de Pierrefonds em ruínas, antes da restauração



Fonte: <http://www.raybishophistory.co.uk/lawrence-rides-south-and-into-the-middles-ages/a-selection-of-castles-visited-by-lawrence/pierrefonds/> Acesso em 27 de novembro de 2020

Figura 2 - Castelo de Pierrefonds após a restauração



Fonte: <http://www.raybishophistory.co.uk/lawrence-rides-south-and-into-the-middles-ages/a-selection-of-castles-visited-by-lawrence/pierrefonds/> Acesso em 27 de novembro de 2020.

As proposições de Viollet-le-Duc foram muito criticadas no século XX, quando foram consideradas como falsificação histórica, pois frequentemente a intervenção era tão radical, como mostram as duas imagens acima (FIG. 1 e FIG. 2), que modificava excessivamente a edificação preexistente, muitas vezes acrescentando novos

elementos construtivos, apenas para assegurar coerência estilística, desconsiderando as marcas deixadas na edificação pela passagem do tempo. (CHOAY, 2014).

Já a segunda teoria, denominada como *anti-intervencionista* ou *restauro romântico*, foi proposta pelo escritor e crítico de arte inglês John Ruskin (1819-1900). Essa teoria criticava duramente a restauração, e a considerava uma destruição total da edificação, principalmente por eliminar da obra as marcas da passagem do tempo, sinais essenciais da autenticidade e da história da edificação preexistente. Para Ruskin, não se poderia tocar nos monumentos das gerações passadas, pois essas edificações não pertencem ao tempo presente. Em paralelo, Ruskin defendia a manutenção dos monumentos, de forma imperceptível para os observadores, para que as construções pudessem manter sua integridade ao longo dos anos. (CHOAY, 2014).

Camilo Boito (1834-1914), arquiteto italiano, retirou o que considerava importante das duas teorias anteriores, fazendo uma junção e elaborando sua própria doutrina, sendo importante para elaboração do conceito do restauro como disciplina. (CHOAY, 2014). Da teoria de Ruskin foi mantida a noção de autenticidade, na qual considerava as marcas do tempo e refutava a reconstituição das partes faltantes. Por outro lado, Boito defendia a restauração para a sobrevivência da obra, caso os outros métodos (manutenção, reparo) não fossem suficientes. Diante disso, ele enfatizou a necessidade de se distinguir os elementos originais dos elementos restaurados (diferença de material aplicado e cor) para não levar o observador ao engano, documentando e descrevendo as etapas da restauração, para evitar a falsificação. (KUHL, 2006).

Durante e após a Segunda Guerra Mundial, a demanda pela restauração aumentou por conta da destruição de inúmeras edificações, ampliando a quantidade de trabalho para os restauradores da época. Além disso, em decorrência da guerra, perderam-se muitos documentos relativos às obras, dificultando ainda mais o trabalho baseado no *restauro científico*, teoria iniciada com Boito e com Gustavo Giovannoni, engenheiro, arquiteto e urbanista italiano. Seu pensamento fundamentava-se em um estudo aprofundado dos documentos históricos além do valor artístico da obra,

respeitando todas as fases e interferências que sofreu ao longo do tempo. Junto a isso, a Carta de Atenas (1931) também passou a ser usada como base nos projetos de restauração, orientando os profissionais da área e para que houvesse uma intervenção mínima (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 2014; SILUK *et al.*, 2015).

Segundo KUHL (2007), Cesare Brandi foi pioneiro na concepção do restauro como disciplina, elevando-o ao status de ciência e pensamento crítico. A teoria que servia como base naquela época foi revisada por Brandi, pois os métodos deveriam ir muito além do que estava sendo proposto, e considerava o restauro como “ato histórico-crítico, o qual deve respeitar as várias fases por que passou a obra e preservar as marcas da própria translação da obra no tempo” (KUHL, 2007, p. 199). Ou seja, para Brandi a restauração não poderia ser feita desconsiderando-se o tempo histórico da obra e muito menos deixar de lado a estética, devendo ter uma união entre essas duas instâncias e a cooperação de uma equipe multidisciplinar para se distanciar do empirismo e se aproximar da ciência, “conservando a autenticidade material da obra e de restabelecer sua unidade potencial” (KUHL, 2007, p. 202).

Brandi formou-se em Direito, mas dedicou sua vida à história da arte, à estética e à restauração, e entre 1950 e 1960 foi diretor do Instituto Central de Restauração (ICR), que era uma escola com diversos profissionais de áreas diferentes e possuía uma grande estrutura composta por laboratórios, bibliotecas, atelier, sala de exposição e arquivos. Brandi publicou o livro *Teoria da Restauração*, em 1963, onde expõe sua concepção a respeito da restauração e vários outros assuntos referentes ao tema, com base nas aulas ministradas no ICR e em outros estudos realizados por ele. Brandi deu grande importância ao conceito de obra de arte e ao seu valor artístico. E se refere à arquitetura como obra de arte com objetivo funcional. Ao se fazer uma restauração ou qualquer intervenção é necessário reconhecer o objeto como obra de arte, artefato produzido pelo homem, com dimensões estética (artisticidade da obra) e histórica (realizado em um certo tempo e lugar), sendo legado fundamental para futuras gerações. (BRANDI, 2005).

Quando se trata da arquitetura, além das dimensões estética e histórica, deve-se levar em conta também o seu valor utilitário, adequando a edificação a uma função

atual para garantir a sua manutenção, mas isso não pode ser levado em conta como primordial, acima dos outros valores. Com isso, a materialidade é uma parte fundamental, pois é por meio dela que o indivíduo singular transmite o seu pensamento criativo para o mundo real e faz com que a obra perdure por muito tempo (CUNHA; KUHL, 2012). Junto a isso, Brandi enuncia princípios importantes na hora de se fazer a restauração, como a legibilidade, que tem como objetivo não confundir o público na hora de se fazer a leitura da obra sendo fácil o reconhecimento do que é matéria original e do que foi aplicado, mas sem que esse novo material prejudique o objeto; quanto a originalidade, Brandi preconiza que a matéria a ser utilizada para a reconstituição do objeto só poderá ser substituída para manter a estrutura sem comprometer a imagem; e, por fim, a reversibilidade, alcançada quando a restauração feita e o material aplicado não sejam dificultadores para possíveis intervenções futuras (SOUZA; SÁ, 2015). Quando se trata de ruína, Brandi a vê como um testemunho histórico mutilado que só pode permanecer do jeito que foi encontrado, recebendo intervenções para manter a sua conservação.

Durante a Segunda Guerra Mundial, na Galeria Nacional de Londres, alguns quadros foram restaurados por Helmut Ruhemann. O público criticou o resultado obtido, alegando que a limpeza teria sido feita de forma agressiva, utilizando materiais que danificaram as obras. Após alguns estudos, percebeu-se que os produtos utilizados pelo restaurador Rehemann não danificaram, com isso, alguns restauradores se mostraram atraídos para esse tipo de restauração. Brandi, com receio de que seus restauradores do ICR optassem pela restauração científica (denominação dada a esse tipo de trabalho), teria criticado e desenvolvido a Teoria da Restauração para que se justificasse a restauração realizada no seu Instituto. Brandi não teria concordado com o critério utilizado por eles, e para ele, como foi dito anteriormente, a restauração deve respeitar a historicidade da obra, e acima de tudo, resultar em um objeto esteticamente agradável, além desses objetos serem reconhecidos como obra de arte por quem os reconhecem como obra de arte, ou seja, pelos historiadores e críticos de arte, desvalorizando, assim, os restauradores.

Meio século depois, Salvador Muñoz Viñas faz um contraponto à teoria apresentada por Cesare Brandi, onde, para ele, a Teoria da Restauração não se

aplicada à atualidade. Em seu artigo *Pertinencia de la Teoría del Restauo* (2013), inicia a discussão com a polêmica envolvendo o trabalho do restaurador Rehemann e Brandi. Salvador Muñoz Viñas faz uma análise sobre a teoria de Cesare Brandi dizendo:

*La Teoría del restauo no es en realidad una teoría de la restauración. Es otra cosa distinta, menos ambiciosa, diferente: es tan sólo (o nada menos que) una teoría de la restauración de obras de arte. (MUÑOZ VIÑAS, 2007).*

A partir das críticas feitas às ideias de Brandi e às teorias “clássicas” (denominação dada por ele mesmo), Muñoz Viñas elabora uma teoria contemporânea que preconiza a troca do caráter objetivo pelo subjetivo, em que o interesse deixa de ser centrado no objeto e passa a ser focado no sujeito afetado pela restauração, sujeito que atribui significado cultural ao objeto (CALDAS, 2013).

Nessa *Teoría contemporânea* a noção de verdade é substituída pela comunicação, que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora etc. Os objetos de interesse da preservação têm, portanto, em comum sua natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais (GRANATO; CAMPOS, 2013).

Para Muñoz Viñas, a conservação e a restauração devem envolver a participação do público interessado e afetado pelo objeto escolhido, e não só pelos responsáveis pelo trabalho, tendo um diálogo entre as partes envolvidas para que nenhum deles imponham a sua verdade.

## 2.2 CARTAS PATRIMONIAIS

As discussões sobre os bens patrimoniais geradas em diversos momentos ao longo da História, por meio de congressos, reuniões e seminários ao redor do mundo, reunindo representantes de diferentes países interessados no assunto, formularam as Cartas Patrimoniais, tendo como objetivo indicar ou até mesmo prescrever as práticas

em torno da sua preservação, sendo que cada país deve interpretá-las e aplicá-las a sua realidade cultural. Cada Carta tem suas particularidades e foram organizadas por grupos, finalidades e tempos distintos, sendo muito importante saber o contexto no qual ela foi criada (KUHL, 2010).

Neste subcapítulo serão apresentadas e estudadas algumas Cartas pertinentes para o desenvolvimento do trabalho, levando sempre em consideração o que elas falam sobre a conservação, restauração, ruínas e materiais contemporâneos, principalmente o uso do aço. Foram selecionadas três Cartas para essa análise, são elas: Carta de Atenas 1931, Carta de Veneza 1964 e Carta de Burra (2013).

A primeira Carta instituída durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, realizado em Atenas em 1931, foi a Carta de Atenas, que estabelece recomendações para salvaguardar e conservar os monumentos de interesse histórico, artístico e científico. A Carta inicia o debate a respeito da manutenção constante no patrimônio visando a sua conservação, abandonando as “reconstituições integrais”, porém, caso seja indispensável a restauração, deve-se respeitar a obra sem alterar ou remover nenhum estilo de épocas distintas contidas na obra, aprovando o uso de materiais modernos nos trabalhos, mas de forma dissimulada, principalmente quando utilizados para evitar o risco de degradação. Em relação às ruínas, essa Carta orienta a conservação de forma mais rigorosa e o uso da técnica de anastilose, na qual as partes originais encontradas em escavações ou junto a ruínas são recolocadas em suas posições originais, quando for possível, sendo as lacunas preenchidas com uso de material novo, diferenciando-as das partes originais, que devem sempre permanecer reconhecíveis e distintas dos novos. (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 2014). Percebe-se nesse ponto que há um afastamento dos princípios elaborados por Viollet-le-Duc, marcados pela liberdade na inserção de novos elementos, desde que demandados para assegurar a coerência estilística da obra restaurada. Mas também se nota a aproximação com os princípios propostos por Camillo Boito e Gustavo Giovannoni, em especial a distinguibilidade.

Outro ponto importante de ser destacado da Carta de Atenas 1931 é a prevalência do interesse coletivo sobre o privado, ou seja, do interesse da sociedade nas decisões relativas à preservação de um bem de propriedade particular. Esse ponto é relevante quando analisarmos o caso da Igreja de São José do Queimado, que se encontra dentro de uma fazenda de propriedade particular, tendo sido doado ao Município da Serra o pedaço de terra dessa fazenda onde se encontra a Igreja, por apresentar essas ruínas uma importância cultural e memorial para a sociedade. Por fim, a Carta de Atenas 1931 recomenda o cuidado em se respeitar as construções antigas quando forem construir novas edificações próximas a esses monumentos. (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 2014).

Realizado em 1964, o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos tinha como objetivo rever as cartas já existentes até o momento (Carta de Atenas 1931 e a italiana Carta do Restauro 1932) e criar um documento que atendesse as demandas do segundo pós-guerra. Cria-se, então, a Carta de Veneza 1964, que teve como base para a sua formulação o restauro crítico e a teoria de Brandi. Segundo Kuhl (2010), em seu artigo *Notas sobre a Carta de Veneza*, há uma grande dificuldade em interpretar a Carta de Veneza pelos profissionais, podendo ser pela falta de conhecimento do restauro crítico ou por não entender a real função que as cartas patrimoniais têm. Essa falta de compreensão pode ser observada no Brasil também, que mesmo estando representado no Congresso e participado das discussões, nota-se essa dificuldade, que será retomado o assunto no subcapítulo seguinte. (ICOMOS, 2014).

Já no primeiro artigo da Carta de Veneza, a definição de monumento histórico é ampliando para além das “grandes construções”, englobando os sítios urbano ou rural e obras modestas, que ganharam significação memorial e simbólica. Ao abordar a conservação nos artigos 4 a 5, a Carta de Veneza retoma o que foi recomendado na Carta de Atenas, ao dizer que se faça manutenções periodicamente para manter o monumento, além de dar uso a edificação para a sua preservação, porém sem descaracterizar o edifício, fazendo modificações pontuais dentro do que para o qual a edificação está sendo proposta. (ICOMOS, 2014).

Talvez essa seja a parte mais importante da Carta de Veneza para esse trabalho, quando ela aborda sobre a restauração e o uso de materiais contemporâneos. Na Carta, a restauração tem que ser feita de forma a respeitar o objeto na sua composição histórica e estética, ideal defendido por Brandi, respeitando os materiais originais. Quando for necessário empregar algum elemento na intervenção, é necessário que o material a ser utilizado seja contemporâneo e que se consiga perceber a diferença entre o elemento novo e o original. Esse material deve ser sempre empregado em harmonia com a construção e com o meio onde está inserido. (ICOMOS, 2014).

A Carta de Burra 2013 é atualização de um documento aprovado pelo comitê australiano do ICOMOS ainda em 1979. Apesar de ter o foco centrado nas demandas específicas da Austrália, essa carta mostra-se influente pela forma como, na esteira da Carta de Veneza 1964, enfatiza a significação cultural do bem a ser preservado como valor básico para a tomada de decisões no âmbito do Patrimônio Cultural edificado. Segundo a Carta de Burra, os sítios e bens dotados de significação cultural devem ser preservados, tanto para as gerações futuras quanto para os usuários do presente, bem como as gerações passadas. Podem ser adaptados, ajustados a novas condições de uso, mas desde que as necessárias adaptações sejam mínimas e não comprometam a significação cultural do bem. A significação cultural abarca valores distintos – estéticos, históricos, científicos, sociais e espirituais – e está intimamente associada a um objeto ou lugar, em sua materialidade, entorno, uso, associações, significados, registros, bens e objetos relacionados ao bem a ser preservado. Por fim, a Carta de Burra reconhece que a significação cultural de determinado bem pode variar conforme diferentes indivíduos ou grupos. (ICOMOS/AUSTRÁLIA, 2013).

### 2.3 CONTEXTO BRASILEIRO

Enquanto na Europa se discutia sobre os impactos causados pela Segunda Guerra Mundial e como iriam resolver a situação da preservação das edificações e centros históricos que estavam sendo afetados, no Brasil essa prática (preocupação) começou a partir da criação do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional



(IPHAN, antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN) em 1936, que buscou proteger e conservar os monumentos nacionais. O momento da sua criação teve grande influência política e cultural do que o Brasil estava vivendo naquele momento (Estado Novo e Modernismo).

Segundo Nahas (2015), os primeiros anos da atuação do IPHAN foram de proteger os bens do período colonial eleitos como o “berço da civilização brasileira”, interesse vindo dos modernistas em busca de uma identidade nacional com o objetivo de resgatar a cultura brasileira, criando um acervo de edificações com as características desse período para preservar a memória nacional, afastando-se das influências europeias.

Ainda segundo Nahas (2015), as práticas de restauração realizadas pelos técnicos do IPHAN eram semelhantes ao que Viollet-le-Duc preconizava, e que buscavam resgatar o estado original da obra e trazer de volta a característica colonial, reafirmando a importância do seu reconhecimento para a nossa cultura. Além disso, quando não havia documentação sobre a edificação, fazia-se associação a outras edificações por analogia. Mas quando se tinha os registros documentais, levava-se em conta o que se tinha registrado, conforme a Carta de Atenas recomendava.

Por muitos anos essa postura de resgate pela brasilidade das edificações antigas e retomada da forma original da construção foi praticada pelos técnicos do IPHAN, mesmo com a participação do Brasil no Congresso de Veneza em 1964, onde foi produzida a Carta de Veneza. Com a entrada de Renato Soeiro como presidente do IPHAN em meio às transformações que estavam ocorrendo no país - crescimento das cidades e industrialização - o cenário dentro do Instituto também teve que mudar, por conta das altas críticas que estava recebendo em relação a sua postura diante as ações preservacionistas.

As primeiras mudanças feitas foram em relação a descentralização da atuação do IPHAN nas obras de preservações, ampliando as atribuições aos estados e municípios, com a criação de órgão específicos, como por exemplo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/IEPHA. Além disso, foi

criado curso de especialização na área do patrimônio com o objetivo de minimizar a diferença entre as ações aplicadas pelo IPHAN e os conceitos internacionais. (CUNHA, 2010)

Segundo FARAH (2008), apesar da implementação do curso de *Técnicas Retrospectivas* nas grades curriculares dos cursos de graduação e o “Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos” no Brasil, a formação dos arquitetos continua defasada, formando profissionais pouco habilitados para trabalhar com os patrimônios construídos. Essa defasagem acaba prejudicando a transmissão da memória coletiva e limitando a perpetuação das edificações para as gerações futuras. A memória coletiva faz parte da construção da identidade nacional.

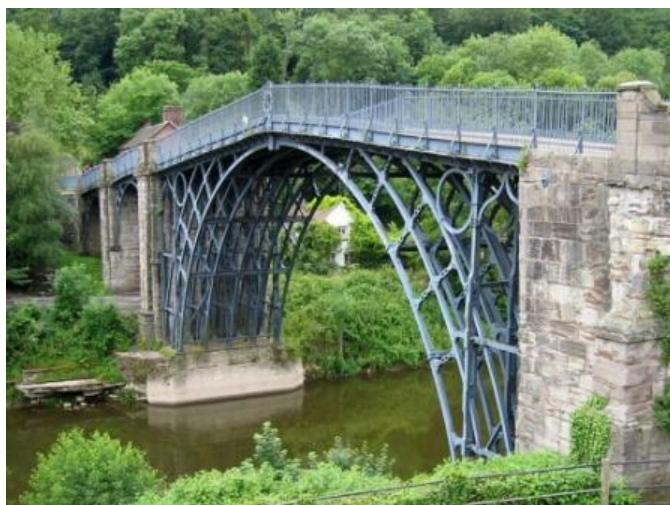
### **3 INTERVENÇÕES EM EDIFICAÇÕES EM ESTADO DE RUÍNA E O USO DE ELEMENTOS METÁLICOS**

#### **3.1 ESTRUTURAS METÁLICAS E SUA UTILIZAÇÃO NOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO**

Com o aumento da construção civil e com o avanço da tecnologia, cada vez mais se exigem materiais de construção que tragam benefícios para a obra, seja pelo fator econômico, pela durabilidade, resistência, ou seja pelo conforto e estética. Logo, o aço vem ganhando destaque por apresentar vantagens significativas em relação a outros materiais, pela sua flexibilidade, por proporcionar uma obra mais limpa, pela rapidez na execução, entre outros benefícios.

A utilização do ferro como material de construção surge a partir do século XVIII, utilizado em construções de pontes, cuja primeira execução, em 1779, se deu na Inglaterra (FIG. 3). Na construção civil, a estrutura metálica veio se fazer presente com a reconstrução, após o incêndio, da cúpula do Mercado do Trigo, no ano de 1802, em Paris, tendo sido utilizado o ferro fundido. Com a Revolução Industrial e o desenvolvimento de um forno apropriado, passa-se a produzir o aço em escala mundial, que veio substituir o ferro laminado e o ferro fundido (MORAES, 2009), impulsionando o desenvolvimento de edifícios de múltiplos andares.

Figura 3 - Primeira ponte em ferro construída



Fonte: Blog Teoria e história das artes e arquitetura II (2021)  
<https://thaa2.wordpress.com/category/daniel-rodrigues-pascoal/>

A primeira produção de ferro no Brasil teve início ainda no período colonial, em 1532, com a chegada de um ferreiro vindo de Portugal para produzir ferramentas e utilitários para as atividades rurais, na mesma época em que era intensa a busca de metais preciosos, prata e ouro pelos colonizadores. Como abordam Neves e Camisasca (2013), a primeira usina siderúrgica foi reconhecida no país em 1591, antes mesmo da atual segunda produtora de aço no mundo, os Estados Unidos. Todavia, tal produção teve um período curto e por muito anos ficou estagnada no país por conta do descaso que a Coroa Portuguesa mantinha com o Brasil, se importando apenas com a arrecadação de impostos. Esse fato só mudou após a vinda da Família Real para a Colônia, quando D. João VI incentivou a criação de indústrias no país. O desenvolvimento das indústrias começou a ganhar força mesmo no século XX, com o surto industrial.

No Brasil, o uso do aço na construção civil começou um pouco tardio em comparação aos Estados Unidos e Europa, apesar da crescente produção de aço, chegando a ser considerado o sétimo maior produtor do mundo e o principal da América Latina (NEVES; CAMISASCA, 2013). Segundo o site do Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA), especificamente no texto Construção em Aço e Sustentabilidade<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup>Disponível <http://www.cbca-acobrasil.org.br/site/acos-estruturais/>, acessado em 23 de fevereiro de 2021.

O aço é produzido em uma grande variedade de tipos e formas, cada qual atendendo eficientemente a uma ou mais aplicações. Esta variedade decorre da necessidade de contínua adequação do produto às exigências de aplicações específicas que vão surgindo no mercado, seja pelo controle da composição química, seja pela garantia de propriedades específicas ou, ainda, na forma final (chapas, perfis, tubos, barras, etc.).

Ao se tratar de edificações preexistentes, principalmente das edificações históricas, o aço apresenta vantagem na sua aplicabilidade. Um ponto a ser levado em consideração ao escolher o aço nos projetos de intervenção, e seguindo o que preconiza as Cartas Patrimoniais, é em relação a sua distinção visual com os materiais originais, por se tratar de um material contemporâneo, sendo perceptível identificar a diferença de época em que foram empregados.

Outro ponto a ser levantado em relação aos critérios estabelecidos é a reversibilidade, permitindo que no futuro se possa remover o elemento empregado no projeto de intervenção. Além desses pontos, outros aspectos interessantes e relevantes são: a precisão que as peças possuem por serem fabricadas utilizando o milímetro como unidade de medida, deixando o material e a construção bem aprumada e nivelada; a rapidez na construção, por ser pré-fabricado, gerando um bom custo-benefício para a obra; um canteiro de obra mais organizado e com a racionalização de material; facilidade de montagem e desmontagem (apesar de precisar de uma mão de obra especializada); compatibilidade com outros materiais de construção; e maior liberdade na hora de projetar, por permitir maiores vãos (MARINGONI, 2011).

### 3.2 INTERVENÇÕES EM EDIFICAÇÕES COLONIAIS E O USO DE ELEMENTOS METÁLICOS

Neste momento, iremos abordar de forma sucinta o histórico das duas edificações que são objetos de estudo neste trabalho de graduação, além do emprego das estruturas metálicas nos projetos de restauração e o impacto visual que é causado por elas.

### 3.2.1 IGREJA SÃO JOSÉ DO QUEIMADO

#### *Histórico*

A Igreja São José do Queimado foi palco de importante luta contra a escravidão no Espírito Santo, e transformou-se em um símbolo de resistência e de memória. Localizada no Distrito de Queimado no município da Serra, a igreja encontrava-se em ruína até 2019 quando iniciaram-se as obras de restauração, que foram finalizadas em março de 2020. “O processo de recuperação durou cerca de um ano e envolveu desde trabalhos arqueológicos até reconstruções completas de estruturas da igreja original” (PERMUY, 2020).

Figura 4 - Igreja São José do Queimado.



Fonte: Acervo Digital IPHAN. Disponível em:

<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/24308?discover?rpp=10&etal=0&query=Igreja+de+S%C3%A3o+Jos%C3%A9+do+Queimado>. Acesso em: 02 abr. 2021.

Para o entendimento da história da Igreja do Queimado, teremos como referência o trabalho de dissertação da Lavínia Coutinho Cardoso onde ela traz como referência Afonso Cláudio de Freitas Rosa, Francisco Eugenio de Assis e Wilson Lopes de Resende, autores importantes que falam sobre o acontecimento e que infelizmente encontramos dificuldade em obter seus livros. Os trabalhos de mestrado da arquiteta Marcia Cristina Fajardo Lopes e de Emanuel Vieira de Assis também serão usados como fontes de referência para o desenvolvimento da pesquisa.

A história da igreja começa em 1845, quando o frei italiano Gregório José Maria de Bene toma frente à construção da igreja na vila de Queimado com a justificativa de salvar as almas (pessoas) que ali viviam dos males como vícios, crimes, homicídios e ignorância. Além disso, a região era próspera por estar próxima do rio Santa Maria, que contava com a presença do porto de Una com atividade comercial de escoamento das mercadorias produzidas nas fazendas de Queimado, Viana, Cariacica, Serra e Vitória. Em 1846, a vila de Queimado é elevada à categoria de Freguesia e em dezembro de 1943, passa a pertencer ao Município da Serra com o decreto-Lei Estadual nº15.177, pois até aquele momento pertencia ao Município de Vitória (LOPES, 2017).

A construção da igreja teve ajuda, tanto física quanto financeira, dos moradores da região, mas também contaram com a mão de obra de vinte e poucos escravos, os quais se dedicavam a trabalhar nos dias santos e finais de semana (DEMONER, 1983, apud, CARDOSO, 2008). Segundo relatos de alguns descendentes, o Frei Gregório teria prometido aos escravos que se eles ajudassem na construção da igreja, no dia da missa de inauguração receberiam a tão sonhada alforria, fato que não ocorreu. Conforme Cardoso (2008), nada se pode afirmar sobre a importância da Freguesia e da igreja no período da sua construção, porém há registros que mostram a visita de dois presidentes de província à obra, fato que não ocorreu com outras igrejas que também estavam sendo construídas e/ou reformadas naquela mesma época.

Considerado um dos mais importantes escritores, que narra a história da Insurreição e que tem uma preocupação com a memória da população local, o capixaba Afonso Cláudio de Freitas Rosa, escreveu uma monografia, em 1884, sobre o acontecimento, trazendo relatos documentais e de pessoas que participaram da e/ou presenciaram a rebelião (CARDOSO, 2008). Em sua narrativa, Afonso Cláudio constata que a luta pela liberdade já estava sendo organizada pelos escravizados, em outros locais, antes mesmo da revolta de Queimado e que o Frei escrevera uma carta afirmando ter sido enganado. Essa afirmação teve como respaldo o incômodo que a presença do Frei causava na região, principalmente em alguns sacerdotes, pois como já mencionada anteriormente, a Freguesia de Queimado era vista como uma região próspera e começava a ser mira de disputas políticas e econômicas, e ao construir

uma igreja maior do que a que havia no local e com a elevação de Queimado de Província à Freguesia, atrairia mais fieis até mesmo de outras regiões e "prejudicaria" as paróquias antigas.

Em contrapartida à Afonso Cláudio, Francisco Eugenio de Assis (1948, apud. CARDOSO, 2008) em seu livro, relata que a revolta dos escravizados foi sim causada pela promessa não cumprida pelo Frei e pelo anseio à liberdade em troca da ajuda na construção da Igreja, e que não teve participação de mais ninguém a não ser dos esperançosos. Por outro lado, para Wilson Lopes de Resende (1949, apud. CARDOSO, 2008), outro autor que aborda sobre a Insurreição, o acontecimento teria como gatilho o contexto daquela época, movimentos abolicionistas que estavam acontecendo durante o Segundo Reinado.

O fato é que, não se pode dizer o que levou os escravos à Insurreição, porém, percebe-se que eles viram na construção e na inauguração da igreja a oportunidade de libertação, espalhando para outros escravos a suposta promessa e atraindo ainda mais negros interessados. Importante destacar os nomes dos principais líderes que estiveram à frente da Insurreição e que são lembrados até hoje, aos quais se prestam muitas homenagens pela bravura: Chico Prego, líder ativo do movimento marcado pela sua força e rebeldia; Elisário, o cabeça do movimento, o qual dialogava com o Frei e arquitetava tudo; João (o Pequeno), João da Viúva e Carlos, responsáveis por convocar mais aliados (CARDOSO, 2008).

A data 19 de março de 1849 foi marcada por Elisário, junto com outros duzentos escravos, para realização do movimento. Foram até a Igreja para cobrar a promessa que o Frei lhes havia feito de declarar, durante a missa de inauguração da Igreja, a liberdade. Como o Frei não o fez, Chico Prego e outros, foram até a entrada da igreja e aos gritos de liberdade assustaram as pessoas que estavam na missa, que desesperados, saíram para suas casas, enquanto o Frei e Elisário entraram na sacristia para resolverem a situação. O Frei comunica a Elisário que tentou convencer os senhores para que concedessem a alforria, porém não foi atendido. E, então, aconselha a ele, que com os outros, tentassem fazer com que os seus senhores assinassem uma carta de alforria e que o Frei encaminharia o pedido à rainha. Alguns



escravos conseguem e outros não, e para conter a rebelião, são enviadas tropas à Queimado. No dia 20, alguns desistiram da revolta com medo dos castigos, enfraquecendo o movimento e outros tentaram fugir. As tropas foram atrás dos rebelados, e na tentativa de captura, atiravam em qualquer escravizado que encontravam pelo caminho, sendo ele participante do movimento ou não. No final, foram presos mais de 30 negros escravizados entre eles os líderes do movimento, tendo Chico Prego e João da Viúva que foram enforcados em praça pública nos locais onde tinham maior influência (ROSA, 1999, apud. LOPES, 2017).

A Igreja de São José do Queimado e sua história vão muito além do que apenas lembranças do acontecimento, são símbolos de resistência e de luta pela liberdade dos negros escravizados no Espírito Santo, que juntos planejaram e organizaram um movimento para conseguir a sonhada alforria, mas que infelizmente, por muitos anos, a construção foi esquecida e abandonada pelo poder Estadual e Municipal, sendo vítima da ação do tempo e do vandalismo (LOPES, 2017), chegando ao seu estado de ruína.

### *Projeto de intervenção*

Para entender o que levou ao projeto de intervenção na Igreja de São José do Queimado, é importante se atentar às datas e seus respectivos acontecimentos, e para facilitar a compreensão, será apresentada uma tabela resumida com os fatos destacados do trabalho de dissertação da arquiteta Marcia Cristina Fajardo Lopes (2017) e do Laudo de Vistoria dos Escoramentos da Ruína da Igreja de São José do Queimado realizado pela empresa Engenharia LTDA em 2013.

Quadro 1 - Cronologia dos acontecimentos referentes a Igreja de São José do Queimado

Ano	Acontecimento	Comentário
1845	Início da construção da Igreja	
1849	Inauguração da Igreja	
1940	Fim das atividades da Igreja	
1990	A Igreja começa a desabar	

	Solicitação do tombamento pela presidente da SECULT à Câmara de Patrimônio Histórico e Cultural	Solicitação aprovada com instrução para ser realizado o levantamento fotográfico e histórico
1991	Todas as fachadas da Igreja ainda se mantinham de pé	
1992	Envio do levantamento fotográfico e histórico para análise do tombamento pelo Departamento de Cultura	
	Envio da Câmara de Patrimônio Histórico Cultural de parecer favorável ao tombamento para o Conselho Estadual de Cultura.	O CEC considera importante o levantamento da titularidade do terreno onde se encontra o Sítio Histórico.
17/12/1992	Aprovação do tombamento pelo CEC diante do parecer.	
1999	Realização de uma Obra Emergencial de Escoramento da Ruína da Igreja de São José do Queimado pela Prefeitura Municipal da Serra.	A edificação já não possuía os elementos de amarração, sofrendo desaprumo e ameaçando ruir. Foram utilizados tirantes de cabos de aço fixados em perfis metálicos apoiados nas paredes laterais da edificação.
2007	Elaboração do Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado.	O projeto preconiza a restauração da Igreja e do cemitério, além de propor um novo paisagismo, iluminação, calçamento e um Centro Cultural.
2011	Aprovação do Plano de Reabilitação pelo CONEGRO.	O CONEGRO é um Conselho do Negro ligado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal da Serra, responsável em assuntos políticos voltados a conscientização da posição do negro na sociedade atual.
2013	Realização de um Laudo de vistoria do escoramento da Ruína da Igreja pela empresa de engenharia contratada	No laudo conclui-se que o estado de conservação da Igreja é regular a ruim, indicando a obra de restauração o mais rápido possível para garantir sua durabilidade, além de recomendar a substituição emergencial de todos os tirantes e acessórios que

	pela Prefeitura Municipal da Serra.	foram colocados na Obra Emergencial no ano de 1999 e que estão desgastados por corrosão.
2015	Doação da área delimitada pelo Projeto de Reabilitação do Sítio Histórico para à Prefeitura Municipal da Serra pela Lei n 4.341.	O Sítio Histórico de Queimado está dentro de uma propriedade particular. Fica encarregado ao Poder Público a realização, dentro de 5 anos após a criação da lei, o Projeto de Reabilitação. Caso contrário, a área será retomada ao proprietário.
	Solicitação do tombamento em nível nacional pela Prefeitura da Serra ao IPHAN.	
2019	Início da obra de Restauração na Igreja do Queimado.	
2020	Término da obra.	
	Recebimento da menção honrosa pelo IPHAN.	Primeira vez o Espírito Santo recebe uma premiação do Prêmio Nacional Rodrigo Melo Francisco de Andrade.

Fonte: Lopes (2017), elaboração própria.

Como pode ser observado na tabela, a Igreja de São José do Queimado manteve sua atividade até 1940, quando seu povoado já estava em declínio. Foram vários os motivos que levaram o despovoamento de Queimado, entre eles: prejuízo nas lavouras após a abolição da escravatura; criação de uma lei que contribuiu para o aparecimento de grandes latifundiários, pressionando os pequenos proprietários a saírem de suas terras; inauguração da estrada de ferro que liga Vitória à Minas, diminuindo muito o comércio no Porto de Una; migração da população para a capital (LOPES, 2017).

A igreja, por conta do abandono, das ações do tempo, do vandalismo e das pressões sofridas pelo Fórum Chico Prego<sup>2</sup> para que se mantivesse a memória da Insurreição, precisou, por duas vezes, passar por obras emergenciais de escoramento

<sup>2</sup>O Fórum Chico Prego, recebe esse nome em homenagem a um dos líderes da Insurreição de Queimado, e é organizado por grupos de religiões de matriz africana, Fórum da Juventude Negra, Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra, Mulheres Negras, Pastorais Sociais, grupos culturais e outros.

de suas paredes que estavam saindo do prumo e ameaçando ruir. A primeira obra ocorreu no ano de 1999 e a segunda em 2013, a pedidos da Prefeitura da Serra. A solução encontrada para o retardamento do avanço do desabamento em 1999 foi a utilização de perfis metálicos apoiados nas paredes laterais e o uso de tirantes de aço para o escoramento das paredes (FIG. 5). Em 2013 foi necessário fazer a troca dos tirantes e dos acessórios, pois estavam muito desgastados por conta da corrosão do aço.

Figura 5 - Igreja São José do Queimado em 2012



Fonte: Lopes (2017, p. 92)

Para falar sobre o projeto de restauração, vale apresentar como a Igreja era antes do arruinamento. No primeiro volume do livro "Patrimônio Cultural do Espírito Santo", há uma breve descrição da edificação:

A igreja, uma homenagem a São José, era uma construção constituída de dois volumes correspondentes à nave e à capela-mor, internamente interligados por um robusto arco cruzeiro, e externamente diferenciados por sua largura e altura. A cobertura, estruturada em madeira e realizada com telhas de barro do tipo capa-canal, possuía dois planos unidos pela cumeeira disposta perpendicularmente ao plano da fachada. Essa tinha sua composição dominada por um frontão de singelo traçado curvilíneo e pela articulada disposição da porta e das três janelas sobre o coro. Na frente, um átrio, de mesma largura da fachada, fechado nas laterais por mureta e na frente por uma singela cerca, era acessado por uma pequena escada em

semicírculo, um elemento singelo, mas indicador do discreto refinamento estético de seu idealizador. Situada em frente a um adro resultante do desnível do terreno, a igreja se impunha ao seu entorno pelo caráter singular de sua implantação e disposição frontal à pequena vila de São José do Queimado. (Secretaria de Estado da Cultura, 2009, p. 336).

O projeto de revitalização da área do Sítio Histórico de Queimado foi desenvolvido no ano de 2007 e tinha como objetivo restaurar a Igreja de São José do Queimado e o cemitério, além de valorizar a região para atrair visitantes, com iluminação, paisagismo, calçamento e criação de um espaço cultural para a realização dos eventos promovidos pelo Fórum Chico Prego e CONEGRO.

Para a elaboração do projeto, houve uma pesquisa detalhada da história da construção, análise técnica e pesquisa arqueológica, em busca de resquícios da época da Insurreição. Segundo o projeto, esses elementos encontrados foram colocados em uma área protegida por estrutura metálica e cabos de aço para a sua preservação e admiração. Além disso, alguns elementos da Igreja serviram também de orientação para o desenvolvimento do projeto, sendo prevista a recomposição das partes faltantes utilizando o aço Corten, como por exemplo: o frontão, o arco cruzeiro que divide a nave da capela-mor e a escada que dá acesso ao novo coro construído (LOPES, 2017).

Figura 6 - Igreja São José do Queimado após a intervenção



Fonte: A autoria própria, 2021.

A obra, iniciada em 2019 e finalizada em 2020 (FIG. 6), resultou na pintura da parte interna da edificação na cor branca contrastando com os elementos em aço presentes na intervenção e com o exterior da edificação que foi mantido. Em visita *in loco* pode-se observar que em grande parte das janelas foram utilizadas chapas de perfil de aço nas bordas, além da fixação de barras de aço nas paredes existentes e tirantes para a sustentação delas. Nota-se que os arquitetos tomaram cuidado em deixar à mostra partes da parede (FIG. 7) para que se possa observar a técnica construtiva que foi utilizada na época da sua construção, descrita em uma placa afixada em uma das paredes (FIG. 8).



Figura 7 - Detalhe da técnica construtiva da Igreja



Fonte: Autoria própria, 2021.

Figura 8 - Placa informativa



Fonte: Autoria própria, 2021.

### *Análise da utilização do aço*

No primeiro momento em 1999, a escolha do tirante de aço fixados em perfis metálicos (FIG. 9) teve como objetivo conter o avanço do desabamento das paredes da Igreja, evitando apenas o risco do desaparecimento do que ainda restava da edificação. Essa utilização está de acordo com o que está escrito na Carta de Atenas, que preconiza o uso de técnicas modernas para ajudar no reforço e evitar a

degradação do monumento. A princípio, esse emprego foi eficiente, porém como os aços estavam expostos, sofreram com as ações do tempo, diminuindo a sua funcionalidade por conta da corrosão e do afrouxamento.

Figura 9 - Amarrações das paredes da ruína da Igreja de São José do Queimado.



Fonte: Renato Cabrini. Disponível em: <<https://esbrasil.com.br/ruinas-de-queimados-restauradas/>>  
Acesso em: 12 abr. 2021

Em relação a nova intervenção sofrida pela Igreja, percebe-se que houve um cuidado a mais pelos arquitetos responsáveis em desenvolver o projeto de conservação, mas seguiram a mesma linha de raciocínio utilizando a estrutura metálica como material de intervenção. Dessa vez, além de utilizar o aço como instrumento de contenção, aproveitaram para utilizar como reconstrução de elementos faltantes (FIG. 10 e 11), adaptando-o ao novo uso, deixando de exercer a função de igreja e tornando-se um museu a céu aberto, sem comprometer a sua significação cultural, atendendo os preceitos da Carta de Burra 2013.



Figura 10 - Detalhe do frontispício em aço da Igreja de São José do Queimado.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Figura 11 - Reconstrução em aço de parte da parede da Igreja de São José do Queimado



Fonte: Autoria própria, 2021.

### 3.2.2 CAPELA DE SANTANA DO PÉ-DO-MORRO

#### *Histórico*

A Capela de Santana do Pé-do-Morro fica localizada dentro de uma fazenda do período colonial às margens da Estrada Real, próxima à cidade de Ouro Branco, que foi projetada pelo arquiteto ouropretano Éolo Maia e sua companheira Maria Josefina Vasconcellos a pedido, na época, da Açominas.

O Hotel Fazenda Pé-do-Morro recebe esse nome pela proximidade com a Serra de Ouro Branco. A construção é datada de meados do século XVIII, sendo "um típico exemplar da arquitetura rural do período colonial" (IEPHA, 2014, p. 221), que além de ser produtora de alimentos e criação de bois, a sua construção também serviu de hospedagem para visitantes e contrabandistas de ouro que por muitas vezes paravam ali (IEPHA, 2014).

Quando a Açominas se torna proprietária da fazenda, em 1970, ela se encontrava em estado precário de conservação. Nesse mesmo período é solicitado um projeto de restauração aos arquitetos Éolo Maia e Jô Vasconcellos para realizarem a obra no conjunto para que servisse de Centro de Treinamento dos seus funcionários, além de hospedagem à Siderurgia (MORAES, 2009), até 1990, quando foi privatizada. A fazenda foi vendida e hoje funciona como hotel.

Nesse trabalho não entraremos em detalhe sobre a restauração realizada na sede da fazenda e sim na construção da Capela. A Açominas solicitou ao arquiteto que projetasse uma capela no estilo colonial para abrigar seis imagens sacras aproveitando as ruínas de uma edificação que se encontrava próxima à sede da fazenda, porém, os arquitetos propuseram a construção de uma nova edificação utilizando materiais contemporâneos como forma de proteger as ruínas e além de garantir uma distinção visual. Como aborda Santa Cecília (2004), a participação de Jô Vasconcellos foi de grande importância para a construção dessa nova edificação, pois foi ela, com os seus argumentos a partir da sua formação recente no Curso de Especialização em Restauo e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos,

realizado no ano de 1978, que deu embasamento para convencer a diretoria da Açominas para a realização de uma construção contemporânea que protegesse as ruínas.

Em 1980 a obra foi finalizada e em 2002 teve seu tombamento estadual realizado pelo IEPHA/MG, sendo considerada a obra mais representativa da arquitetura mineira do século XX.

### *Projeto de intervenção*

Como foi dito, o Hotel Fazenda Pé-do-Morro possui construções mineiras rurais do século XVIII e da ruína existente próxima à casa-sede na cota de nível inferior, não se tem registro do seu uso original. O que restou da edificação foram três paredes espessas feitas de barro e pedra (FIG. 12). De acordo com a descrição de Vasconcellos (1960, p. 29) acerca desse tipo de técnica construtiva,

nestas alvenarias assentam-se as pedras em argamassa de terra e as faces aparentes das referidas pedras são, com frequência, trabalhadas no sentido de oferecerem um melhor acabamento. Aproveitam-se as pedras disponíveis no próprio local, de que são ricas toda as regiões do Brasil (...). A espessura das alvenarias de pedra varia de 0,50 a 1,00m e, comumente, levam emboço de barro e reboco de cal e areia.

Figura 12 - Paredes em ruínas que fazem parte do altar-mor



Fonte: <https://classicosdaarquitectura.wordpress.com/2014/04/30/capela-de-santana-do-pe-do-morro/#jp-carousel-1609> Acesso em: 06/04/2021

O projeto do Éolo Maia e Jô Vasconcellos proposto para a nova capela foi a construção de um elemento contemporâneo que abrigasse as três paredes em ruínas presentes no local. Esse projeto propôs que essa nova estrutura mantivesse o respeito pela construção histórica e o seu entorno (tanto a fazenda quanto à natureza), não se sobressaindo em relação a ele. A solução proposta pelos arquitetos foi a utilização de estrutura metálica, madeira e vidro, criando uma construção semelhante a um galpão, retilíneo e simples, mas que envolvesse o monumento histórico. Segundo Santa Cecília (2004, p. 137),

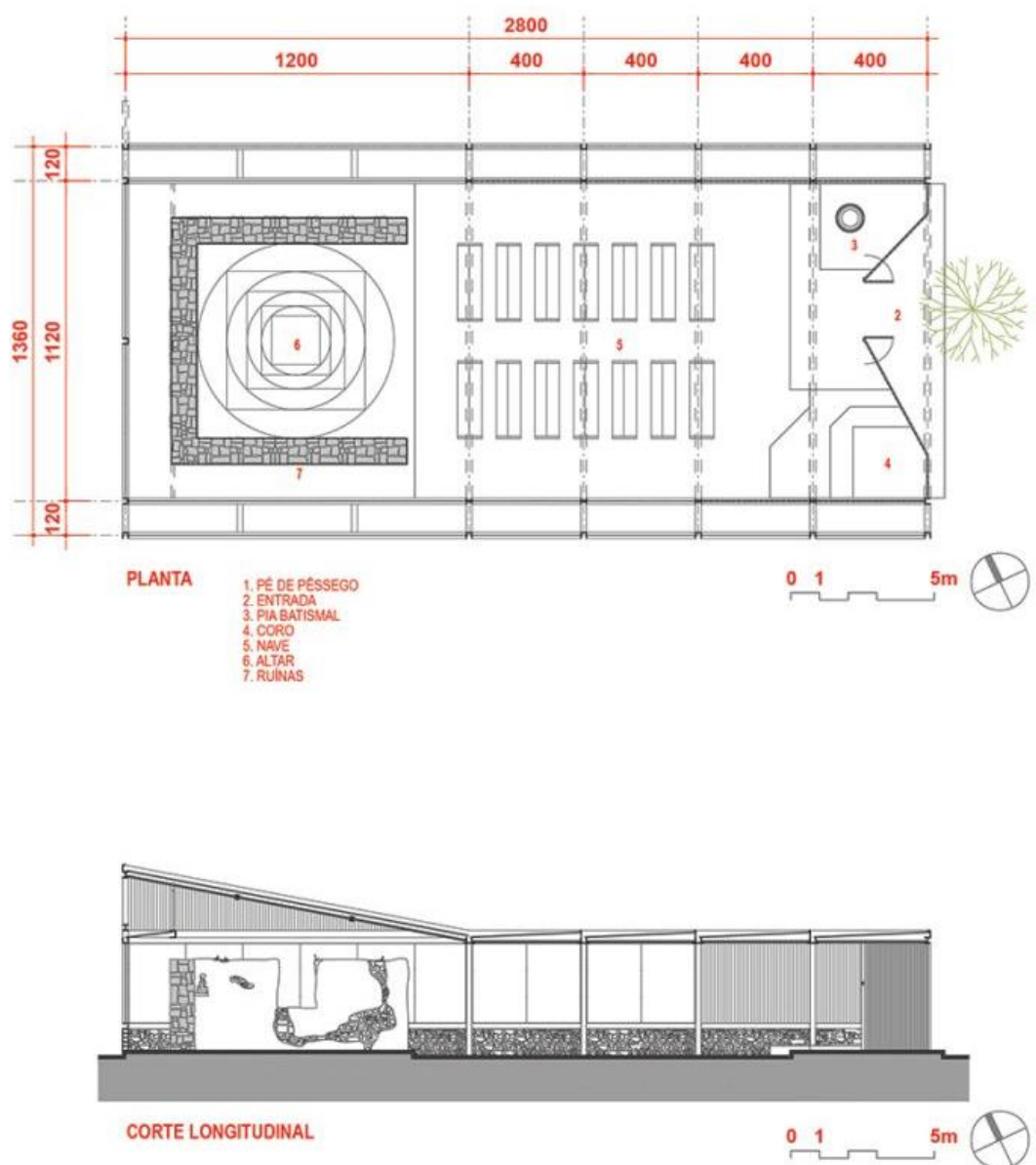
Éolo opta por não intervir diretamente nas ruínas enfatizando seu caráter excepcional em relação ao seu contexto físico e histórico. Elevando-as a elemento mais importante do espaço e símbolo dominante da assembleia religiosa, o arquiteto funda um significado novo e que certamente não havia sido previsto em seu uso e constituição originais.

As ruínas encontradas foram o ponto de partida para o desenvolvimento do projeto. Foi a partir da sua localização, junto com o antigo acesso à fazenda e um pé de pêssego, que se deu a escolha da implantação da edificação, no qual os arquitetos acharam pertinentes a preservação desses elementos.

Com relação ao pé de pêssego, como pode ser observado na planta baixa (FIG. 13) e como descreve Santa Cecília (2004), com a aproximação da construção nova

em relação a árvore existente, houve a necessidade pelo arquiteto, de tomar um cuidado na hora de executar a edificação, para que as fundações não a comprometessem, desalinhando e recuando a portada principal.

Figura 13 - Planta e corte

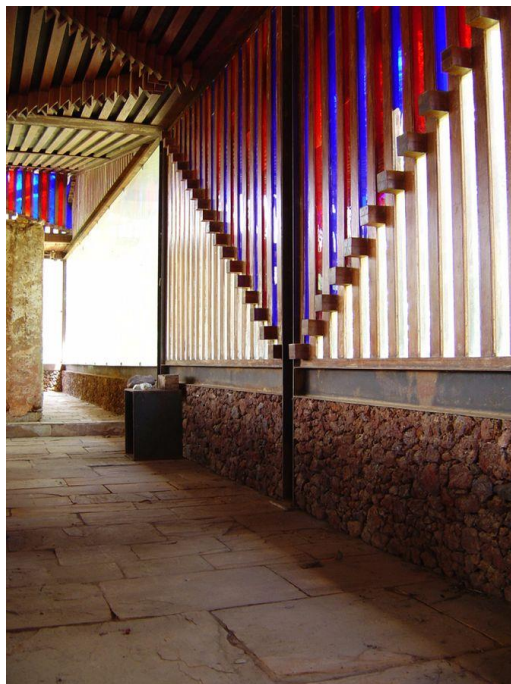


Fonte: Santa Cecília (2004)

Para salientar a importância das ruínas, Éolo Maia e Jô Vasconcelos propõem a sua incorporação ao altar-mor dentro da capela, rebaixando o nível da nave para enfatizar a hierarquia existente nas igrejas (FIG. 13), delimitando o lugar do clero e dos fiéis, "à polaridade dialética estabelecida entre os planos divino e terreno" (SANTA CECÍLIA, 2004, p. 139). Além dessa diferenciação de nível, nas fachadas externas da

edificação percebe-se o emprego de elementos decorativos em vidro e madeira (FIG. 14) na porção da nave e na entrada principal, e o emprego apenas do fechamento em vidro na parte do altar-mor (FIG. 15), dando esse destaque para quem olha de fora.

Figura 14 - Elementos decorativos de fechamento nas fachadas



Fonte: <https://classicosdaarquitectura.wordpress.com/2014/04/30/capela-de-santana-do-pe-do-morro/#jp-carousel-1596> Acesso em: 06/04/2021



Figura 15 - Vista externa da construção



Fonte: Autoria própria, 2020.

Outro destaque para quem observa a construção de fora é em relação à elevação e à inclinação em meia água do telhado na porção do altar-mor (FIG. 15), diferenciando do resto da construção que é retilíneo. Para solucionar a questão da entrada de luz dentro da edificação, proporcionando sombreamento no seu interior, os arquitetos propuseram o avanço da cobertura de 1,20m nas duas laterais (FIG. 16).

Figura 16 – Inclinação do telhado.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 16 - Avanço lateral da cobertura



Fonte: Autoria própria, 2020.

Em relação aos materiais utilizados para compor a estrutura da volumetria da edificação que cobre as ruínas, segundo Santa Cecília (2004), a escolha de elementos de tons terrosos influenciou para harmonizar com a ruína. O aço que envolve a estrutura e que fica exposta ao exterior, sofreu corrosão atmosférica deixando essa coloração terrosa avermelhada. Como pode-se perceber na imagem 17, foi utilizada, também, pedra em tom avermelhada na base por toda estrutura, apoiando o aço. O uso da madeira na vedação completa a estética da composição.



Figura 17 - Detalhe da base em pedra, vidro e estrutura metálica



Fonte: Autoria própria, 2020.

### *Análise da utilização do aço*

A escolha em utilizar o aço e a não interferência nas ruínas, veio a partir da finalização do curso de pós-graduação da Jô Vasconcellos, como foi citado anteriormente, onde em uma entrevista com Bruno Santa Cecília (2004, p. 135),

Jô esclarece que a matriz conceitual que orientou os trabalhos provinha das recentes experiências internacionais em restauro e intervenções em edificações históricas, que preconizam a manutenção da integridade do objeto histórico. Sua identidade se garantiria através da distinção visual entre o novo e o antigo, como a utilização de materiais contemporâneos e a independência formal das novas estruturas espaciais e suportes a novos usos.

Fazendo uma relação com os princípios da Carta de Atenas, estudada no segundo capítulo deste trabalho, que aconselha o respeito a um monumento antigo e seu entorno quando se constrói uma edificação nova e sugere que o material novo, quando aplicado em ruínas, deve ser reconhecido, percebe-se que, mesmo utilizando o aço como material contemporâneo para a construção de um novo edifício dentro do conjunto da Fazenda, há um respeito com o entorno que pode ser notado quando se

compara as volumetrias da sede com a nova construção, onde a nova estrutura é percebida mas não se sobressai, além de haver um reconhecimento nítido e claro do emprego do elemento novo.

Pode-se notar também alguns princípios da Carta de Veneza como referência, quando a carta menciona que é aconselhável destinar um uso ao monumento para manter a sua conservação, e ao criar uma nova construção, não se deve alterar a disposição, a decoração, o volume e as cores do edifício, mantendo-se o esquema tradicional conservado. É o que pode ser observado com a construção da capela, onde os arquitetos não interferiram na estrutura existente, apenas construíram uma estrutura que envolvesse a ruína para protegê-la das ações do tempo e elevar a sua importância. Essa ação entra em um outro ponto fundamental da carta quando aborda sobre a restauração,

Artigo 9 - (...) fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. **Termina onde começa a hipótese** (grifo da autora); no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento (ICOMOS, 2014).

Assim, a carta deixa claro que para que se realize uma restauração, se faz necessário o estudo dos documentos autênticos. Como não se tem o registro documental da função da edificação que se encontrava na fazenda, antes de se tornar ruína, não é recomendável realizar a restauração.

Apesar de todo o cuidado dos arquitetos com as ruínas e um excelente trabalho de intervenção, a capela hoje encontra-se abandonada, sem a devida manutenção e cuidado.

#### 4 CONCLUSÃO

O emprego de peças metálicas nas edificações históricas em estado de arruinamento foi o tema discutido ao longo do desenvolvimento do trabalho. Com a análise dos objetos de estudos escolhidos, a Igreja de São José do Queimado, localizado no Município da Serra - E.S, e a Capela de Santana do Pé-do-Morro, em Ouro Branco – M.G, foi possível observar os diferentes usos do aço nos projetos de intervenção propostos pelos arquitetos responsáveis.

Buscando atender ao objetivo proposto, através das análises feitas nas teorias e nas Cartas Patrimoniais, foi possível observar a evolução do assunto referente ao emprego de material novo em obras preexistentes, sendo sua utilização recomendada cada vez mais. O aço se apresenta como um material que consegue se diferenciar de forma clara da estrutura existente, evitando o falso histórico e imprimindo a autenticidade à edificação.

Nos objetos de estudo de caso, pode-se perceber que o emprego do aço nas intervenções está de acordo com o que preconizam as Cartas Patrimoniais levantadas no trabalho, sem descaracterizar as edificações, e podendo trazer para a sociedade benefícios por preservar a sua história e a sua memória. A importância das intervenções nessas edificações preexistentes é para conseguir manter o seu legado para as futuras gerações

O impacto gerado pela intervenção nos objetos de estudos foi de grande relevância para a sociedade local, principalmente a Igreja do Queimado por ser um elemento emblemático para os descendentes dos negros escravizados que participaram da Insurreição. É hoje, uma referência do movimento negro no Espírito Santo. Já a Capela de Santana do Pé-do-Morro atualmente é considerada a obra mais representativa da arquitetura mineira do século XX, dos arquitetos Éolo Maia e Jô Vasconcelos, tendo sido tombada pelo IEPHA/MG em 2002.

Por conta da situação atual que estamos vivendo com a pandemia do Coronavírus (Sars-CoV-2), não foi possível fazer buscas em bibliotecas universitárias para ter acesso aos livros desejados, limitando as pesquisas aos trabalhos acadêmicos disponibilizados em catálogos on-line, também impossibilitando a ida a Prefeitura da Serra-ES para buscar referências que colaborassem com o desenvolvimento mais profundo e análise das ruínas da Igreja de São José do Queimado, além de ter comprometido a ida ao Hotel Fazenda Pé-do-Morro, cuja visita foi feita de forma rápida. Porém, mesmo diante as dificuldades encontradas, o trabalho foi desenvolvido de forma satisfatória, atendendo aos objetivos propostos.

Durante o desenvolvimento do trabalho, algumas sugestões foram surgindo para as futuras pesquisas:

- Através de entrevistas, pesquisar sobre a percepção do público e dos técnicos (restauradores, arquitetos e historiadores) que atuaram na intervenção feita na Igreja do Queimado;
- Investigar o uso primordial das ruínas incorporadas à Capela de Santana do Pé-do-Morro, inclusive para tentar datar com mais precisão essa construção.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Mônica Mendes de Oliveira. **O uso do aço em intervenções do patrimônio histórico edificado: o caso do Cine Theatro Brasil em Belo Horizonte, Minas Gerais**. 2021. 164 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Construção Metálica). Programa de Pós-graduação em Engenharia das Construções, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto. 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/7234/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Abreu%2C+M%C3%B4nica+Mendes+de+Oliveira>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 5. ed. Lisboa: Orion, 2005. 123 p.
- CALDAS, Karen Velleda. **A Restauração em foco: entre mitos e realidades. Vitruvius**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.138/4765>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- CARDOSO, Lavínia Coutinho. **Revolta Negra na Freguesia de São José do Queimado: escravidão, resistência e liberdade, no século XIX, na província do Espírito Santo (1845-1850)**. Vitória, 2008. Dissertação (História) - Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: [http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3338/1/tese\\_3187\\_Lav%C3%ADnia\\_Coutinho\\_Cardoso.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3338/1/tese_3187_Lav%C3%ADnia_Coutinho_Cardoso.pdf). Acesso em: 16 dez. 2020.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Teresa Castro. 1. ed. Lisboa: Edições 70, v. 1, f. 153, 2014. 306 p. Tradução de: *L'Allégorie du Patrimoine*. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lapa/files/2008/08/Alegoria-do-patrim%C3%B3nio-Fran%C3%A7ois-Choay.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.
- CHOAY, FRANÇOISE. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, f. 92, 2011. 184 p. Tradução de: *Le patrimoine en question: anthologie pour un combat*. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5234334/mod\\_resource/content/1/4a-Choay-OPatrimonio%20em%20quest%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5234334/mod_resource/content/1/4a-Choay-OPatrimonio%20em%20quest%C3%A3o.pdf). Acesso em: 23 out. 2020.
- CUNHA, Claudia dos Reis; KUHL, Beatriz Mugayar. Teoria e método no campo da restauração. **Pós: revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, v. 19, n. 31, p. 98-115, junho 2012. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002309154>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- FARAH, Ana Paula. Restauo arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado. **História**, Franca, v. 27, n. 2, p. 31-47, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 fev. 2021.
- GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. **Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos. Midas**. Online,

2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/131#quotation>. Acesso em: 21 dez. 2020.

ICOMOS. **Carta internacional para restauração de monumentos e sítios – Carta de Veneza 1964**. Brasília: IPHAN, 2014b. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ICOMOS/AUSTRALIA. **The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter of Places of Cultural Significance 2013 – Carta de Burra 2013**. Burwood, Victoria: Australia ICOMOS, 2013. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31\\_10\\_2013.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2021.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Guia de Bens Tombados IEPHA/MG**. 2. ed. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, v. 2, 2014. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/publicacoes/guia-dos-bens-tombados>. Acesso em: 23 ago. 2019.

IPHAN. **Acervos e publicações - Portal IPHAN**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

KUHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. **Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 198-243, junho 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/issue/view/3581/926>. Acesso em: 30 set. 2020.

KUHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo,%20texto%203.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

KUHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, dez 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 mar. 2021.

LOPES, Marcia Cristina Fajardo. **Cidade e restauro: Gestão e sustentabilidade do Sítio Histórico de São José do Queimado - ES**. Vitória, 2017. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: [https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/ARQUITETURA%20E%20URBANISMO/UFES\\_PPGAU\\_MARCIA\\_CRISTINA\\_FAJARDO\\_LOPES.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/ARQUITETURA%20E%20URBANISMO/UFES_PPGAU_MARCIA_CRISTINA_FAJARDO_LOPES.pdf). Acesso em: 16 dez. 2020.

MARINGONI, Heloisa Martins. Princípios de arquitetura em aço. **Manual Gerdau**, v. 3, p. 34, 2011. Disponível em: <https://www2.gerdau.com.br/catalogos-e-manuais?gclid=CjwKCAjwu5CDBhB9EiwA0w6sLcl8I31e4e->

9nuZDE5xYlutNT8CM9i50k1YxXUSYwp5i338uUaOxbhoCml4QAvD\_BwE. Acesso em: 10 abr. 2021.

MORAES, Carolina Albuquerque de. **Intervenções metálicas em construções preexistentes**: estudo de caso de interfaces. Ouro Preto, 2009. Dissertação (Engenharia Civil) - Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: [https://www.propec.ufop.br/uploads/propec\\_2016/teses/arquivos/tese170.pdf](https://www.propec.ufop.br/uploads/propec_2016/teses/arquivos/tese170.pdf). Acesso em: 23 ago. 2019.

NAHAS, Patricia Viceconti. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências histórica**: a experiência brasileira (1980-2010). São Paulo, v. 1, 2015. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.

NEVES, Osias Ribeiro ; CAMISASCA, Marina Mesquita. **Aço Brasil**: uma viagem pela indústria do aço. Belo Horizonte: Escritório de História, 2013. 192 p. Disponível em: [https://acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/10/LIVRO\\_ACO\\_BX.pdf](https://acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/10/LIVRO_ACO_BX.pdf). Acesso em: 30 mar. 2021.

PERMUY, Pedro. Após restauração, Igreja de Queimado será aberta ao público na Serra. **A Gazeta**, ano 2020, 12 mar. 2020. Turismo religioso. Disponível em: [https://www.agazeta.com.br/entretenimento/turismo/apos-restauracao-igreja-de-queimados-sera-aberta-ao-publico-na-serra-0320#:~:text=O%20processo%20de%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20durou,do%20Esp%C3%ADrito%20Santo%20\(Sincades\)](https://www.agazeta.com.br/entretenimento/turismo/apos-restauracao-igreja-de-queimados-sera-aberta-ao-publico-na-serra-0320#:~:text=O%20processo%20de%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20durou,do%20Esp%C3%ADrito%20Santo%20(Sincades).). Acesso em: 15 dez. 2020.

SANTA CECÍLIA, Bruno Luiz Coutinho. **Complexidade e contradição na arquitetura brasileira**: a obra de Éolo Maia. Belo Horizonte, 2004. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/RAAO-72KNZC>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Patrimônio Cultural do Espírito Santo**: arquitetura. Vitória: SECULT, 2009. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Media/secult/patri/%20Catalogo%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Arquitet%C3%B4nico.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

SILUK, Andrei Ruppenthal, CONTO, Vanessa, PISANI, Ângela Grandaux, RUPPENTHAL, Janis Elisa. Aspectos da restauração sob a abordagem de Carbonara. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 22, p. 105-122, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/issue/view/841>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SOUZA, Geisa Alchorne de; SÁ, Ivan Coelho de. Arte Contemporânea e a sua conservação: revisando Brandi e Viñas. **Mosaico**, v. 6, n. 9, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64409/62332>. Acesso em: 15 dez. 2020.

TRENTIN, Patricia. **O patrimônio cultural edificado e a sua gestão**: A preservação e conservação do patrimônio histórico na cidade moderna. **Drops**. São Paulo, ano 6, n. 012.05, Vitruvius, ago. 2005. Disponível em:

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/06.012/1660>. Acesso em: 5 nov. 2019.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil**: sistemas construtivos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 2, 1960. (Série Patrimônio cultural). Disponível em:

[https://www.academia.edu/38925822/Arquitetura\\_no\\_Brasil\\_Sistemas\\_Construtivos\\_Sylvio\\_de\\_Vasconcellos\\_](https://www.academia.edu/38925822/Arquitetura_no_Brasil_Sistemas_Construtivos_Sylvio_de_Vasconcellos_). Acesso em: 6 abr. 2021.